

Acusação de fraude marca a Assembléia

Rubem de Azevedo Lima

Toda a Assembléia Nacional Constituinte está sob suspeita, devido à fraude ocorrida numa de suas últimas votações eletrônicas, mas, além disso, grande número de constituintes também é visto com desconfiança, pois paira sobre eles a acusação de fisiologia política, fenômeno que consiste na troca de apoio pessoal por favores do governo.

Desde o começo do funcionamento da Assembléia, esta acusação era feita a vários constituintes. O jornal da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais publicou, no ano passado, uma relação de dezenas de constituintes que receberam canais de rádio e televisão do Governo, para votar de acordo com os interesses políticos governamentais, em questões como a duração do mandato do presidente José Sarney e outros assuntos.

O deputado Mateus Iensen, do PMDB paranaense, membro do Centrão e autor da emenda constitucional, do mandato de cinco anos, admitiu ter sido aquinhado com uma emissora de televisão, no interior do Paraná. "Mas isso — diz ele — não tem nada a ver com minha emenda". Para Iensen, o presidente Sarney, segundo a vontade divina (o deputado paranaense é evangélico) foi escolhido para governar cinco anos.

Em matéria de Evangelho, porém, foi o deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB paulista, outro integrante do Centrão, quem causou maiores celebridades na Constituinte, ao afirmar que "é dando que se recebe" (do Evangelho, segundo São Mateus). Desse modo, Cardoso Alves — mais conhecido como "Roberto" — quis justificar a conquista de apoio político ao Governo, em troca da concessão de favores oficiais aos constituintes.

A declaração de Roberto causou mal-estar no Palácio do Planalto e até o presidente Sarney ficou irritado com a franqueza do constituinte centrista. Na verdade, a crueza das palavras do parlamentar paulista fizeram com que muitos constituintes desistissem da tese do mandato de cinco anos.

"Isso é coisa de fariseus" — reclamou Roberto, ao intear-se da reação dos constituintes. "Em verdade" — frisou ele — "esse procedimento, implícito na frase que proferi, é natural em política".

Nem todos os constituintes, porém, agiram com o farisaeísmo a

que se refere Roberto. O deputado Dalton Canabrava, do PMDB mineiro, admitiu no plenário, ter recebido do Governo empréstimos a fundo perdido (jamais serão pagos), para financiamento de obras em suas regiões eleitorais.

"Foram dois milhões de cruzados" — reconheceu Canabrava. "Mas o que é isso? Muito pouco para os fins a que se destinam".

Canabrava, como Roberto, também aprova o mandato de cinco anos.

Alavanca de voto

Em conversa com diversos correligionários, o líder do PFL na Assembléia Constituinte, deputado José Lourenço (BA), tem reclamado, insistentemente, do fato de que parlamentares dos partidos governistas não votam em favor das teses governamentais. Lourenço aponta, entre esses rebeldes, os constituintes do PMDB ligados ao ministro da Previdência Social, Renato Archer. "Dêem-me a Previdência — disse ele, na presença do repórter, a alguns correligionários — e eu garanto pelo menos cinquenta votos para o Governo".

Mas recentemente, alguns constituintes que pertenciam ao Centrão, deixaram esse grupo e retornaram a seus respectivos partidos. Um dos coordenadores do Centrão, o deputado Dado Coimbra (PMDB-RJ), acha que tal postura não significa discórdia em relação às idéias daquele grupo.

Um dos recém-saídos no Centrão reclamou aos coordenadores centristas que recebera apenas uma ambulância do Ministério da Saúde, enquanto outros constituintes haviam recebido três. Resposta de um coordenador ao reclamante: "Eu não lhe posso dar três ambulâncias, mas posso retirar-lhe a única que lhe foi dada".

Portanto, existem suspeitas quanto ao objetivo dos favores do Governo, que podem significar a conquista de alguns votos na Constituinte.

No começo do Governo, quando se discutia possível comportamento da Assembléia, em face das questões controversas, mas de interesse do Palácio do Planalto, um ministro lembrava, informalmente, que a caneta do presidente Sarney estava cheia de tinta e poderia, pois, funcionar a favor ou contra os eventuais dissidentes. Sob esse aspecto — da possível pressão governamental contra o Congresso — um antigo desafeto de Sarney, o ex-senador maranhense Vitorino Freire, costumava dizer que "cacete não é santo, mas faz milagres".

Fisiologismo já é antigo

O fenômeno da fisiologia política não é novo no Brasil. Novo, na verdade, é o termo com que se designa o fenômeno. Antigamente, fisiologia era a "troca de favores", o "toma lá, dá cá".

Os parlamentares da linha ortodoxa do PMDB, especialmente os integrantes do grupo do Movimento da Unidade Progressista (MUP), o PT, o PCB, o PC do B, o PDT e o PSB, usam a expressão fisiologia, para definir os constituintes que, a troca de favores, apoiam as teses do Governo, na Assembléia.

Na verdade, fisiologia é um fenômeno antigo. Um dos mais severos opositores do governo militar de Hermes da Fonseca, o então senador Ruy Barbosa já acusava a existência do fisiologismo no País: "Os fiscalizados (o governo) aliciam seus fiscais (os congressistas) e a fiscalização se converte num meio de vida, cujo gozo acaba por obliterar de todo, nuns e noutros, os escrúpulos da moralidade. A do Congresso não cessa de baixar continuamente, neste regime de permutas, para par com a do governo, como o nível do líquido de dois vasos comunicantes".

Ruy registrava, então, o abuso de senadores e deputados, que, pela Constituição vigente na época, não podiam, sob pena de perda do mandato, dirigir companhias, bancos ou empresas que gozavam de favores do governo. Apesar da nova redação dada a esse impedimento constitucional, pela Constituição de 1946 e pelas cartas de 1967 e de 1969 (emenda da junta militar), o mesmo fenômeno denunciado pelo antigo senador continua a existir no País, embora os beneficiários dos favores oficiais, sobretudo no caso de concessões, coloquem os benefícios recebidos em nome de seus familiares.

Referindo-se aos primeiros anos da redemocratização do País, em 1945, quando a UDN e o PSD se digladiavam em Minas, o ex-deputado Ulisses de Carvalho conta em seu livro "Antes que eu me esqueça..." a história da nomeação do interventor de Minas naquele ano. Fora nomeado primeiro um pedesista, mas logo substituído por um udenista. "Naqueles tempos — diz Ulisses — já se praticava a política do toma lá, dá cá".

"Política — dizia no governo Geisel, o ex-ministro Golbery do Couto e Silva, referindo-se à interação de interesse entre o Executivo e o Congresso — tem mão dupla".

E Machado de Assis, comentando numa de suas crônicas dos anos 80 do século passado, a conduta complacente do Parlamento, face ao governo imperial, em razão de interesses

comuns, dizia que "uma sociedade marcada pela remissão gera um Parlamento remissivo".

Na convenção do PDS, em que o deputado Paulo Maluf disputou, em 1984, a indicação da candidatura presidencial com o então ministro do Interior, Mário Andreazza, esse ministério cooptou o apoio de diversos convencionais, em troca de favores ministeriais. Nessa época, a mensagem publicitária de uma das principais marcas de cigarro, no País, assinalava, sem chocar quase ninguém, que, entre nós, "todo mundo só quer levar vantagem".

Dos mais ostensivos foi o esquema montado pelo governo, no Congresso, para eleger o então deputado Nelson Marchezan presidente da Câmara. No plenário desta casa, durante a votação, o então ministro Jair Soares, do Trabalho, atendia a solicitações dos deputados.

Nem sempre, porém, a aprovação de medidas que não têm a simpatia do Congresso se faz mediante fisiologismo ou só através da concessão de favores. Na primeira eleição presidencial indireta do regime republicano, a que concorriam dois marechais, na chpa oficial

Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto — segundo o relato dos historiadores, dezenas de militares, com espada à cinta, circulavam pelo recinto da votação. O mesmo, por sinal, ocorrera no fechamento da Assembléia Constituinte do Império, por ordens de Pedro I. Ao retirar-se da antiga Cadeia Velha, no Rio, hoje Palácio Tiradentes, futura sede da Câmara, até a mudança da capital para Brasília, Antônio Carlos de Andrada e Silva, tirou a cartola, ironicamente, e cumprimentou "S. Exa. o canhão".

Um pouco por medo e muito por influência fisiológica, duas dezenas de deputados do antigo PTB, que apoiavam o governo João Goulart, em 1964, passaram a apoiar o governo militar do marechal Castelo Branco, responsável pela derrubada do presidente constitucional.

Um desses "bigorritos", o antigo deputado Teófilo Albuquerque, dizia justificando-se que, em política, "mais vale um toma, do que dois te darei". Sem o saber, ele repetia o que Cervantes, vários séculos antes, havia posto na boca de Dom Quixote. Em resposta, o então senador Milton Campos, da antiga UND mineira, que havia deixado o governo Castelo, por divergir das cassações de mandato, citou o comentário de Xenofonte, sobre Sócrates: "Os espíritos mesquinhos é que só se conquistam à força de favores". (R.A.L.)



Hargreaves acredita que mandato só será votado após julho

Simon vê complô contra a mudança de sistema

Porto Alegre — O governador Pedro Simon acha que existe um verdadeiro complô contra a adoção do parlamentarismo no País, unindo militares, a grande imprensa e as lideranças políticas nacionais que sonham com a Presidência da República e que são, todas, presidencialistas. Ele disse que, se a Constituinte resistir a todas as pressões destes setores, o que acha difícil, e aprovar o parlamentarismo, passará à história como uma lição de independência.

"Para mim, ela será a Constituinte que fará o ato de maior soberania do Poder Legislativo de toda a América Latina, em todos os tempos — insistiu o governador

gaúcho, no seu programa radiofônico da semana, "Os gaúchos e o governador Pedro Simon, hoje".

Simon explicou melhor o complô e a união de vários interesses em torno do bloqueio ao parlamentarismo, começando pelas Forças Armadas.

"Os militares não querem o parlamentarismo porque no momento em que ele for adotado, voltarão à posição clássica de defesa da ordem e da soberania. Deixarão de existir questões como as ocorridas com Getúlio, Jânio e Jango, porque ninguém derruba primeiro-ministro. Quando ele está indo mal, sua situação é difícil, o Congresso se encarrega de derubá-lo.

Para Amaral, atrasos não são problema

O líder do PDS na Constituinte, deputado Amaral Netto (RJ), acha que o processo constitucional deve se prolongar por um maior espaço de tempo, "para que se resolvam as controvérsias que ainda estão por vir", devendo a Carta ser promulgada entre junho e dezembro, sendo a primeira data uma estimativa otimista.

Apesar de não considerar que o radicalismo esteja predominando em plenário, prevê que os próximos passos não serão fáceis. "Estou até impressionado com os entendimentos que estão havendo, mas ainda virão muitas questões polêmicas, que certamente atrasarão a Assembléia", destaca.

"Conseguiremos fazer uma Constituição que corresponda ao que a sociedade espera. Por isso, não me preocupo com as demoras que aconteceram e ainda estão por vir, já que o que importa é não fazermos um trabalho rápido e ruim, mas bom, nem que atrase um pouco mais. Temos que investir na qualidade".

Amaral Netto diz-se defensor do sistema presidencial de governo e de um mandato de cinco anos para todos os presidentes da República, esperando que desta forma vote a maioria da Constituinte. Para ele, ninguém deve deixar de acreditar no Parlamento, pois aí seria o caos generalizado.

Líder revela euforia com entendimento

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), não esconde seu entusiasmo com relação ao processo de votação do texto constitucional no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. "O entendimento está prevalecendo nas questões fundamentais, enquanto pontos como o mandato presidencial e o sistema de governo serão decididos pelo voto", acrescenta.

Este entendimento, que no seu entender está permitindo uma aceleração dos trabalhos, propiciará que a Constituição seja promulgada "no mais tardar em abril, sob qualquer hipótese". Para ele, nem o sistema de governo e a duração do mandato do presidente José Sarney, sobre os quais não arrisca fazer previsões, por acreditar que as posições estão divididas e a definição será dada pelo grande número de indecisos; atrasarão o final da Constituinte.

"A nova Carta será moderna e contemporânea, representando grandes avanços para a sociedade", afirmou Ibsen Pinheiro, para quem ela corresponderá ao sentimento médio dos constituintes e da Nação. Pelo que ele tem visto até agora, acha que a Constituição também será progressista nos direitos do trabalhador.

Planalto prevê Carta só daqui a cinco meses

Memélia Moreira

Os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte devem se estender por mais cinco meses, "se tudo correr bem". Esta é a previsão dos assessores do Gabinete Civil da Presidência da República, que estão acompanhando os trabalhos no Congresso. Com isso, caso seja aprovado o mandato de quatro anos, os candidatos só têm 105 dias para percorrer todo o País em campanha.



Esta previsão, entretanto, de acordo com a avaliação feita pelo subsecretário de Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, "é otimista". Disse ele que mesmo virando madrugada os constituintes não têm condições de votar todas as matérias, "pela quantidade enorme de destaques e emendas, sem contar os impasses que possam surgir no buraco negro", disse Hargreaves. Até julho, na sua opinião, a Constituinte ainda não terá votado a duração do mandato.

Uma das razões pelas quais os trabalhos estão atrasados — afirmam alguns assessores do presidente Sarney — prende-se ao fato de que os constituintes, em determinados momentos, "discutem e perdem tempo com temas que não dizem respeito à Constituição". Entre estes assuntos, não citados pelos assessores, se encontra a questão das CPIs, entre elas a CPI que vai investigar atos de corrupção na administração federal.

A preocupação com o retar-

damento dos trabalhos na Presidência da República tem uma explicação: o tempo para a campanha eleitoral. Restará aos candidatos pouco mais de três meses para a campanha presidencial, caso se aprove o mandato de cinco anos. A partir daí, o candidato que já saiu na frente tem mais condições de fazer uma campanha tranquila, visitando o maior número de municípios. Neste caso encontra-se apenas o ex-governador Leonel Brizola, porque os demais candidatos estão trabalhando dentro da Constituinte.

Avaliação

Entre os pontos já votados pela Constituinte, o presidente Sarney e seus principais auxiliares só têm críticas contra os artigos do capítulo VI. Este artigo foi duramente criticado na última sexta-feira pelo presidente Sarney no seu programa "Conversa ao pé do rádio", quando o Presidente alerta para o crescimento da impunidade, porque as prisões só podem ser feitas se os infratores forem presos em flagrante ou com ordem do juiz.

"Este artigo — alerta Hargreaves — inviabiliza a prisão administrativa e, conseqüentemente, deixará impunes muitos crimes que se combatem hoje, principalmente os de corrupção". Ainda segundo Hargreaves, outro ponto de preocupação na Presidência da República refere-se à questão do mandato de segurança coletivo. A expectativa do Governo é de uma inversão no segundo turno de votação. Para isso, alguns parlamentares serão "escalados"; entre eles, Roberto Jefferson (PTB-RJ), que na última sexta-feira, depois de ser recebido pelo presidente Sarney, em audiência, afirmou que vai propor a exclusão de alguns termos do capítulo VI, permitindo que as prisões possam ser feitas independentemente do flagrante.